

Um quadro realista da tragédia educacional

Um de nossos leitores reclama dos termos com que temos tratado a crise do ensino brasileiro e a má qualidade da formação cultural e profissional das novas gerações. Em sua carta, abaixo publicada na seção São Paulo Pergunta, ele defende a juventude, alegando que, se hoje "ela é pobre em idéias", a culpa cabe aos "vinte anos de ditadura". Na medida em que o regime pós-64 inibiu os debates, impediu as críticas e transformou o sistema de ensino em simples fábrica produtora de certificados e diplomas, "as idéias emudeceram e, com elas, o encanto e o interesse dos jovens", disse ele. "Afinal, acreditar em quê?" — pergunta o missivista, concluindo que a ausência de alternativas e propostas está levando os estudantes a um misto de revolta, descrédito e omissão.

O depoimento é sincero, corajoso e objetivo. Podemos não concordar com todos seus argumentos, mas não podemos deixar de tomá-lo como uma advertência às autoridades. Até porque sua confissão de desânimo e descrença coincide com a publicação dos resultados dos últimos exames vestibulares, comprovando de maneira dramática o grau de deterioração a que chegou nosso sistema de ensino, em todas suas instâncias. Os dados, todos altamente inquietantes, propiciam uma análise serena e realista de nossa tragédia educacional, induzindo-nos a perguntar se, até o final desta década, conseguiremos ainda dispor de uma elite gerencial e técnica suficientemente preparada para contribuir para o desenvolvimento deste país.

Em São Paulo, por exemplo, das 7.918 vagas oferecidas pela USP, Unicamp e Escola Paulista de Medicina, foram aprovados somente 7.704 candidatos, ficando assim 214 vagas sem serem preenchidas. Este fato é inédito na história da Fuvest. Mais insólito, contudo, é o nível médio das notas alcançadas pelos vestibulandos — o mais baixo dos últimos anos, mesmo levando-se em consideração que os examinadores, temendo uma reprovação em massa, formularam provas bem mais fáceis do que as dos vestibulares anteriores. Dos 27.599 candidatos convocados para a segunda fase dos exames, 6.838 foram eliminados por terem tirado zero em todas as provas. E 3.253 não conseguiram atingir a nota mínima — 3 — exigida nas matérias específicas da área a que se candidatavam: matemática, para os candidatos na área de Ciências Exatas; biologia, para os da área de Ciências Biomédicas; e comunicação e expressão, para os da área de Ciências Humanas.

Somente na prova de matemática, o número de estudantes com nota zero cresceu cerca de três vezes e meia em relação aos vestibulares de 1985. Com um pormenor: no ano passado, havia três candidatos para cada vaga, proporção essa reduzida agora para 2,5. Deste modo, a USP ficou com 27 vagas ociosas em seu curso de matemática, enquanto a Unicamp não conseguiu preencher 22 vagas. Para qualquer nação empenhada em vencer o desafio do desenvolvimento econômico e da modernização industrial, esses dados seriam um fator de preocupação. Mas para um país cujas autoridades almejam formular uma tecnologia própria, genuinamente nacional, a ponto de implantar uma ampla reserva de mercado no âmbito da informática, fechando nossas fronteiras a todas as inovações produzidas nos centros mais avançados, esse fato é simplesmente uma tragédia.

Também no Rio de Janeiro os resultados dos exames vestibulares foram assustadores. Ao planejar a prova de física, receando o mau desempenho dos candidatos, os organizadores formularam cinco questões — entre 35 — banais, que esperavam ver respondidas por todos os concorrentes. Acertando todas elas, e respondendo as demais de maneira aleatória, como quem preenche um cartão da Loto, qualquer aluno teria a probabilidade de obter na sorte a média 3,3. Pois bem, a média ficou em apenas 2,3, levando o reitor da UFRJ e os coordenadores do Cesgranrio a afirmar que um macaco treinado para marcar um cartão teria conseguido uma média muito maior. Por isso, 337 vagas no curso de Arquitetura, 108 no curso de Engenharia, 121 no curso de Estatística, 338 no curso de Economia, 234 no curso de Contabilidade, 182 no curso de Administração, 245 no curso de História, 519 no curso de Educação e 696 no curso de Letras deixaram de ser preenchidas nas 27 instituições universitárias do Rio de Janeiro.

Tanto a USP quanto a UFRJ, as duas maiores universidades brasileiras, ambas encarregadas de fornecer um padrão mínimo de qualidade em todo nosso sistema de ensino superior, dispõem de dados adicionais que acentuam ainda mais o alcance de nossa tragédia educacional. No Rio de Janeiro, por exemplo, 40% dos vestibulandos são candidatos que já prestaram o exame uma vez ou mais, seja porque foram reprovados anteriormente, seja porque foram aprovados e desistiram do curso no meio do caminho, por desinformação sobre a carreira escolhida ou por desencanto com a qualidade das aulas. Em São Paulo, um terço dos alunos aprovados abandonou o curso nos primeiros anos — isso quando a desistência não se dá durante o espaço de tempo entre a publicação das notas e o prazo para matrículas. Deste modo, a situação é paradoxal: por um lado, como há mais candidatos do que vagas, as duas instituições precisam manter o vestibular; por outro lado, todavia, elas não conseguem preencher as vagas, seja porque os vestibulandos são reprovados, seja porque os que passam acabam desistindo.

Eis aí, de forma inequívoca, os números que mostram a falência da educação brasileira. Não nos referimos apenas ao fracasso de nossa Universidade, tema do editorial sobre a apatia e a alienação dos estudantes de nível superior, cujo teor levou um de nossos leitores a manifestar que os jovens se encontram hoje sem condições intelectuais de compreender os problemas do País e de atuar de forma refletida e amadurecida no esforço de construção de um futuro de progresso, harmonia e bem-estar. Referimo-nos, também, ao fracasso dos ensinos de 1º e 2º graus, na medida em que se têm revelado incapazes não só de alfabetizar mas, igualmente, de dar aos estudantes entre sete e 17 anos o mínimo de informações necessário à sua inserção na vida social e no mercado de trabalho.

Isto significa, sem meias-palavras, que essa juventude está condenada, desde já, a um marginalismo econômico, cultural e político, uma vez que não dispõe sequer de conhecimentos que a habilite a um emprego qualificado. Vítima de uma política educacional insequente e irresponsável, que substituiu os critérios qualitativos pelos critérios quantitativos, convertendo cada escola num cartório emissor de um pedaço de papel — um certificado ou um diploma — desprovido de qualquer valor, esses jovens constituem uma multidão despreparada e indefesa, à espera de alguém — um demagogo, um líder carismático ou um oportunista — que a manipule ideologicamente, a pretexto de lhe dar uma oportunidade de vida. E o perigo potencial decorrente do aparecimento desse "comandante de massas" é a supressão da liberdade, a eliminação da sociedade aberta e o fim da própria democracia.